

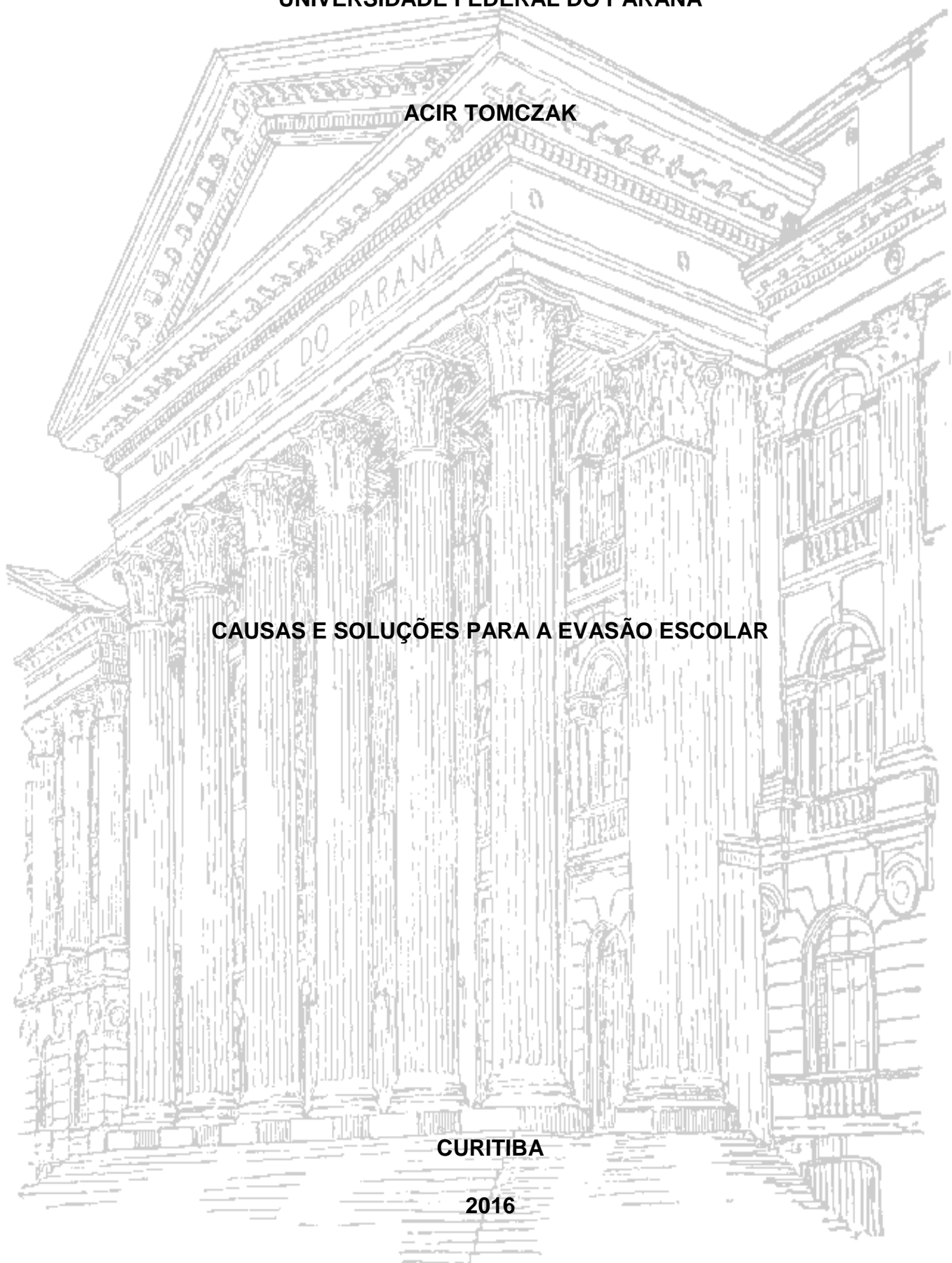
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**ACIR TOMCZAK**

**CAUSAS E SOLUÇÕES PARA A EVASÃO ESCOLAR**

**CURITIBA**

**2016**



**ACIR TOMCZAK**

**CAUSAS E SOLUÇÕES PARA A EVASÃO ESCOLAR**

Trabalho apresentado para obtenção do título de especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Ires Aparecida Falcade

**CURITIBA**

**2016**

# CAUSAS E SOLUÇÕES PARA EVASÃO ESCOLAR

ACIR TOMCZAK

## RESUMO

Neste estudo pretende-se abordar causas, consequências e reflexões sobre evasão escolar, bem como analisar estratégias para solucionar os problemas de evasões escolares em escolas públicas municipais. Sabemos que atualmente a Evasão Escolar vem sendo um problema muito discutido por pesquisadores/as, devido ao número elevado de crianças, adolescentes e jovens fora das salas de aulas, são muitos os motivos que levam os/as estudantes a se distanciar dos estudos, existem diversas políticas públicas e programas para assistir estes menores, porém se não existir uma parceria entre a escola e a família a probabilidade deste estudante evadir-se da comunidade escolar é muito grande. Esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica com estudo de caso nas quatro Escolas Municipais de Paulo Frontin -PR que juntas atendem 648 estudantes com idade entre 0 a 16 anos, apresentando as alternativas aplicadas e as parcerias estabelecidas para combater a evasão escolar municipal.

**Palavras Chave:** Paulo Frontin, Evasão Escolar, Educação Municipal.

## 1. INTRODUÇÃO

Sabemos que são muitos os motivos que levam estudantes brasileiros em idade escolar abandonar os bancos das salas de aulas e seguir suas vidas sem concluir seus estudos, consequências estas que acabam gerando problemas sociais gravíssimos, como crianças nas ruas, pessoas desqualificadas para o mundo do trabalho, desemprego, desestrutura familiar e social.

A Constituição Federal de 1988, que rege as leis de nosso país, em seu art.205, é bem clara quando descreve que a educação é um direito de todos/as e

dever do Estado e da família do/a educando/a, em garantir este direito de permanência na escola. Já no art. 206, inciso I, temos os princípios de igualdade e condições de permanência dos/as estudantes na escola pública, o qual rege, a obrigatoriedade de matrícula pelos/as seus/suas responsáveis dos 4 aos 17 anos. E a oferta de educação infantil antes desta idade para as mães trabalhadoras.

Garantindo ainda este direito conquistado pela Constituição Federal, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº9.394/1996 onde é clara a organização do Sistema Educacional Brasileiro.

Mas sabemos que estas leis não são o suficiente para resolver o problema social que estamos vivendo na educação atualmente. Muitos pesquisadores afirmam que os motivos que levam os/as estudantes abandonarem as salas de aulas são fatores externos, associados à natureza socioeconômica. Pois muitas vezes jovens e filhos/as de famílias de baixa renda precisam ajudar a sustentar a família, ou a família não tem condições de arcar com necessidades básicas que um/a estudante precisa para frequentar as aulas como roupa, calçado, material escolar e alimentação. Lara (2003) compartilha desta mesma linha de pensamento, afirmando que o fenômeno da evasão escolar está associado ao fato da escola estar pouco preocupada em possibilitar aos/as estudantes e professores/as a experiência do acontecer das ideias, na sua produção, em consequência aos desafios concretos da vida.

Levando em conta o que Lara afirma, realizamos uma pesquisa bibliográfica, com análise das medidas adotadas pelas Escolas Municipais de Paulo Frontin, as quais atendem 648 estudantes com idade entre 0 a 16 anos e não temos nenhum caso de Evasão Escolar.

## **2 EVASÃO ESCOLAR**

Diariamente nas escolas públicas, nos deparamos com estudantes desistindo de frequentar as aulas, fenômeno este que caracteriza a Evasão Escolar. Para sermos mais claros vamos ver esta realidade em números. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a evasão atinge 6,9% no Ensino Fundamental e 10% no Ensino Médio (3,2 milhões de crianças, adolescentes e jovens, segundo dados

(BRASIL, 2005). São mais 2,9 milhões (BRASIL, 2007) que abandonam as aulas em um ano e retornam no seguinte, engrossando outro índice preocupante: o da distorção idade e série.

Muitos já foram os estudos e as estatísticas que buscam entender e solucionar o fenômeno da Evasão Escolar, porém a maioria das tentativas foram fracassadas.

As consequências que levam um/a estudante a se evadir da sala de aula na maioria das vezes, estão relacionadas à sua posição social, o sistema econômico em que sua família esta inserida, está diretamente ligada a pobreza ou condição de miséria e subsistência de vida.

Geralmente estudantes maiores deixam de frequentar as aulas para ajudar a família no trabalho, Medeiro (1986) reforça esta priorização do trabalho como fator de desistência dos estudos:

A criança que trabalha sente mais claramente a distância que existe entre sua vida real e o seu papel de aluno, o que também contribui para afastá-la da escola. Na realidade, a escola pública de periferia, apesar de aparentemente aberta a todos, nega na sua prática a própria condição de trabalhador que é definidora da maioria de seus alunos. (MEDEIROS, 1986, p.61)

Os/as estudantes que ajudam seus pais e mães no trabalho, muitas vezes não tem tempo suficiente e adequado para estudar, o que acaba gerando reprovações e possivelmente abandono escolar. Evasão escolar e fracasso escolar andam juntos, uma acaba interferindo na outra diretamente.

Segundo Dulbet (1997) em entrevista á Revista Brasileira de Educação discorre a respeito da dinâmica entre evasão e reprovação escolar. Para o autor o sistema que monitora e controle da presença dos/as estudantes na escola é um fracasso pedagógico e moral, embora pareça ser eficiente no critério de controle, acaba sendo um mecanismo de afastamento do/a estudante. O que de fato se faz necessário é um trabalho envolvendo toda escola, elencamos todos os setores direção, pedagógico, professores/as e funcionários/as, pais, mães, estudantes e comunidade. Este trabalho de conscientização deve ser desenvolvido em parceria, por todos os setores e órgãos públicos (professores/as, pedagogos/as, funcionários/as, direção, conselho tutelar, Ministério Público, CRAS dentre outros) para conseguir assim criar uma rede de proteção para estes/as estudantes. O/a

professor/a segundo o autor tem o papel fundamental neste trabalho, na busca de desenvolver uma aula em que consiga trazer este/ estudante para participar ativamente do processo ensino-aprendizagem, valorizando suas peculiaridades e atendendo em suas dificuldades.

A escola não pode mais esperar que o sentido da situação escolar venha de fora, das famílias cujo julgamento os professores fazem aliás, muitas vezes. É preciso, portanto, rever a oferta escolar. Seria preciso rever os programas e as ambições de um modelo que os alunos não sejam colocados de entrada em situações de fracasso. É preferível ensinar menos coisas, mas que de fato elas sejam aprendidas. (DUBEL 1997,p.12)

Percebe-se que nosso Sistema Educacional apesar de ser público e garantido por lei para todos/as, acaba segregando os/as estudantes que não se encaixam no padrão dito “normal” que a sociedade impõe. Normalmente encontramos crianças e adolescentes de famílias na linha da pobreza ou abaixo da linha da pobreza com dificuldades de acompanhar as aulas, como uma criança e adolescente que tem um lar com condições básicas, alimentação adequada, horas de sono suficiente para sua idade, que podem brincar ao invés de trabalhar, estímulos de livros, jornais e revistas, gibis....

Mas não é suficiente perceber esse fato, é necessário descrever os mecanismos objetivos que determinam a eliminação contínua das crianças desfavorecidas. A explicação sociológica pode contribuir muito nesse sentido, nos tornando possível perceber que na realidade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, certo capital de cultura e certo ethos, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes face ao capital cultural e á instituição escolar (DUBET, 1997,p.50)

O Sistema Econômico em que a família do/a estudante esta inserida influencia na formação pessoal do/a mesmo/a e principalmente em seu interesse e valorização pela vida escolar. Ou seja, crianças e adolescentes que provém de famílias de baixa renda, pela contínua falta de oportunidade de frequentar a escola, considerar esta desnecessária e ainda podem não conseguirem desenvolver as aptidões necessárias para a aprendizagem escolar, ou podem ainda chegar a conclusão de que estudar não é necessário, apresentando apatia e desinteresse pelo que a escola apresenta e como apresenta por não vislumbrar utilidade para como e o que se apresenta na escola..

Para Kramer (1982, p.54) “no Brasil, a partir da década de 70, a política educacional tem dado grande destaque á necessidade de oferecer ás crianças oriundas das camadas populares experiências que as levem a compensar suas deficiências”, surgindo assim programas para incentivarem as crianças a chegarem às escolas mais cedo, e assim suprirem necessidades básicas de alimentação, bem estar, cultural, e possibilidade de desenvolvimento integral nesta fase fundamental a toda a pessoa, tanto físico, psicológica e emocionalmente.

Atualmente existem políticas públicas que visam solucionar o problema da evasão escola, primeiramente com incentivo direto ao/a estudante e outros indiretamente oferecem incentivos em várias áreas da alfabetização, aperfeiçoamento profissional no domínio da alfabetização, nos inúmeros padrões de ensino, material didático, dentre outros. Porém muitas delas não conseguem atender a demanda suficiente ou seus beneficiários não sabem de sua existência.

Um programa muito importante que busca facilitar a permanência das crianças na escola é o Programa do Governo Federal Bolsa Família Lei nº10.219, que tem como critério principal implementar e possibilitar a obrigatoriedade da frequência a escola garantida nas Leis brasileiras. A permanência das crianças na escola é o critério imprescindível para receber mensalmente uma quantia em dinheiro. Esta parceria é desenvolvida entre entidades como CRÁS, escolas e governo federal. Programa este que bimestralmente solicita a frequência das crianças e adolescentes cadastradas/as, além do CRAS desenvolver visitas e promove oportunidades de cursos e aperfeiçoamento para geração de renda destinado as mães e pais dos/as estudantes.

Conforme referencia Vasconcelos:

A escola brasileira não esta ensinando no sentido dialético do termo: há ensino quando há aprendizagem. Prova disto são os elevados índices de reprovação, as absurdas taxas de evasão escolar e os indicadores de qualidade de ensino (estamos entre os piores do mundo). VASCONCELOS, 1996, p1).

As escolas e os/as educadores/as precisam criar um novo olhar sobre a realidade em que sua escola e seus/as estudantes se encontram, precisamos analisar e refletir mais sobre os nossos Sistemas de Ensino. Precisamos criar mecanismos que realizem uma articulação entre as escolas, as famílias e a sociedade.

Sabemos que a influência e participação da família na frequência e continuidade dos estudos dos/as estudantes na escola é muito grande. Desta forma é impossível deixar as famílias de fora de qualquer programa que vise abolir a evasão escolar dos/as estudantes. Um trabalho de aproximação e conscientização para isso se faz necessário argumentar e mostrar para as famílias a importância de seus/suas filhos/as frequentarem as aulas. Como diz Luck *apud* Paro (2000, p. 58), “{...} A participação dos pais junto aos filhos é a primeira associação possível entre o mundo da família e o da escola para que a criança inicie sua escolarização”.

Sabemos que uma criança motivada tem seu rendimento escolar muito melhor do que uma criança desmotivada. Esta motivação em aprender depende de vários fatores em seu meio, pois é uma característica necessária do ser humano. As crianças e adolescentes necessitam desta ajuda dos/as adultos/as, com suas orientações, atenção e cuidados. Eis as razões e a importância da família e da escola estarem falando a mesma linguagem.

Na ausência de uma auto-estima positiva o crescimento psicológico, fica comprometido, pois o mesmo sendo positivo funciona como se, na realidade, fosse o sistema imunológico da consciência, fortalece e dá energia e motivação. Ela inspira a obter resultados e permite sentir prazer e satisfação diante das realizações (ANDRÉ & LELORD, 2000, p.26).

Precisamos conhecer nossos/as estudantes tanto fisicamente como psicológica e emocionalmente. Entender e acompanhar a sua trajetória na escola, as suas relações sociais e familiares para poder assim ajudá-lo/a a aprender, a ter aproveitamento e a concluir seus estudos. De acordo com Paulo Freire,

se o meu compromisso é realmente com o homem concreto, com a causa de sua humanização, de sua libertação, não posso por isso mesmo prescindir da ciência, nem da tecnologia, com as quais me vou instrumentando para melhor lutar por esta causa (2007, p. 22).

Nossa preocupação atual é constituir sobre a escola, a partir de seu projeto histórico, uma reflexão crítica sobre a realidade dos/as estudantes, permitindo o cumprimento e a inserção de todos/as. Possibilitando a oportunidade de todos/as aprenderem e desfrutarem deste ambiente escolar de igual para igual. Nesse sentido Paulo Freire reforça a sensibilidade dos/as educadores/as nesta dinâmica da vida de cada cidadão.

Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um que fazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos . (1991, p. 126)

A educação é definida como um instrumento a serviço da democratização, o qual está sendo construído pelas vivências comunitárias dos grupos sociais, a partir de seu diálogo, para formar pessoas participantes. A reforma da educação e a reforma da sociedade andam juntas, sendo parte do mesmo processo.

## **2.1 EVASÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PAULO FRONTIN**

Na cidade paranaense de Paulo Frontin não existe nenhum caso de evasão escolar nas escolas municipais, pois os/as diretores/as juntamente com a equipe pedagógica e comunidade escolar, organizaram estratégias simples para que este problema não interfira na vida escolar de nenhum/a estudante. O trabalho em rede que toda a equipe e órgãos envolvidos realiza não deixa que o abandono ocorra. Há um monitoramento constante quanto a frequência às aulas pelos/as estudantes da Rede Municipal de Ensino

Após a análise das estatísticas do município em documentos disponíveis na Secretaria de Assistência Social, foi realizada uma pesquisa através da aplicação de entrevista com as/os diretoras/es das Escolas Municipais que atendem estudantes de 0 a 16 anos. A entrevista foi realizada com todos/as as/os diretores/as e em todas as escolas, sendo elas: Escola Municipal do Campo Carlos Gomes, Escola Municipal do Campo União Brasileira, Escola Municipal do Campo Santa' Ana e Escola Municipal Tecla Romko, com o objetivo de entender quais são as medidas adotadas para estudantes em situação de risco e vulnerabilidade social.

## **2.2 APRESENTAÇÃO DE DADOS:**

Os resultados aqui apresentados são frutos de uma pesquisa elaborada durante o período de agosto de 2016. Onde realizamos entrevistas e conversa com

as direções das escolas municipais, para entender quais são as medidas adotadas pela equipe pedagógica e direção.

Atualmente não temos problemas de evasão escolar, porém caso futuramente apresente algum problema de estudante evadido, segundo a Instrução nº07/10-SEED/DAE-CDE (a qual foi citada por todas as/diretoras/es entrevistadas/os) o/a professor/a constata a ausência do/a estudante por 05 (cinco) dias consecutivos ou 07 (sete) alternados, no período de um mês. Esgotadas as iniciativas a seu cargo, comunicará o fato primeiramente: a direção e a equipe pedagógica que notificará os pais e mães para vir até a escola por meio de correspondência ou via telefone, o não comparecimento dos pais/mães ou responsáveis ou diante da resistência destes para com a situação, a equipe pedagógica e direção, irão, juntamente com o Conselho Tutelar à residência da família para a tentativa de convencimento do retorno da criança ou adolescente à escola. Se mesmo assim a frequência à escola não se regularizar, então se aplica a este caso os procedimentos do FICA, “Ficha de Comunicação do Aluno Ausente”, acionando em seguida o Conselho Tutelar para as providências cabíveis.

De acordo com a Lei da LDB nº 9.394/96

Art.12 – Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:  
VIII- notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.

Esta “Ficha Fica” como é conhecida faz parte do programa FICA oficializado em 2015 pelo Governo do Estado do Paraná em parceria com a Secretaria de Estado da Educação por determinação do Ministério da Educação e Cultura, representantes municipais, Conselhos Tutelares, Ministério Público, pais, mães, estudantes e comunidade para combater a evasão escolar nas escolas estaduais e municipais do Paraná.

Este instrumento é muito utilizado pelas Diretoras para comunicar a ausência dos alunos “Ficha de Comunicação do Aluno Ausente (Fica)” **figura 1** abaixo, para controlar a frequência dos/as estudantes menores de dezoito anos do Ensino Fundamental. O principal informante do programa é o/a professor/a, que

começa a agir quando percebe que o/a aluno/a tem se ausenciado por cinco dias consecutivos ou sete dias alternados, no período de um mês. Assim o/a professor/a comunica a direção da escola que preenche a ficha anexada abaixo e encaminha ao Conselho Tutelar que tem o prazo entre 05 a 10 dias úteis para organizar uma visita juntamente com algum membro da equipe pedagógica até a casa da criança ou adolescente com 5 faltas.

### CONTROLE INTERNO DE FALTAS INJUSTIFICADAS

Preenchimento pelos Professores, quando identificadas 5 (cinco) faltas/dias consecutivos ou, 7 (sete) faltas/dias alternados, no período de 60 (sessenta) dias.

NOME DO (A) ESTUDANTE: \_\_\_\_\_

ANO/SÉRIE: \_\_\_\_\_ TURMA: \_\_\_\_\_ TURNO: \_\_\_\_\_

DATA \_\_\_\_\_

DISCIPLINA \_\_\_\_\_

PROFESSOR (A) \_\_\_\_\_

DATA BIMESTRE \_\_\_\_\_

MOTIVO DAS FALTAS \_\_\_\_\_

FONTE DA INFORMAÇÃO \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

#### ASSINATURA

OBSERVAÇÕES SOBRE O COMPORTAMENTO DO(A) ESTUDANTE (SINAIS DE ALERTA, DINÂMICA PESSOAL E SOCIAL ETC.) ENCAMINHAMENTOS EFETUADOS PELO PEDAGOGO (constando data e discriminação do encaminhamento). \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

DESPACHO AO DIRETOR: Comunico por meio desta ao diretor(a) desta instituição de ensino a infrequência do(a) estudante \_\_\_\_\_, conforme motivos descritos nesta ficha. \_\_\_\_\_,

---

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ Assinatura da (do) Pedagoga (o)

**Figura 1. Modelo de Ficha Fica preenchida pela escola do Município de Paulo Frontin.**

Quando o Conselho Tutelar organiza a visita até a casa do/a criança ou adolescente é realizada juntamente com a Equipe Pedagógica uma reunião com a família, que geralmente acontece na casa da mesma, registrada via Ata, onde é explanado sobre a importância da frequência do/a estudante e principalmente os benefícios de concluir seus estudos. Também é analisada a situação social em que a família se encontra. Caso percebe-se que a família precisa de uma assistência, ou ser assistida é encaminhada para o CRAS (Centro de Referência Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) do município, que imediatamente começa realizar orientações e visitas para a família, as crianças são inseridas em Projetos e Programas como Serviço de Convivência, onde a criança passa a frequentar em contra turno duas vezes na semana aulas de reforço- escolar, informática, pintura, desenhos, dança, escolinha de futebol, dentre outras atividades.

Após esta visita o Conselho Tutelar juntamente com a Equipe Pedagógica da escola, preenchem a Ficha do Aluno **figura 2**, anexada abaixo, informando ao Ministério Público as medidas e procedimentos que foram adotadas.

### **FICHA DE ALUNO – FICA**

#### **1. ESCOLA**

NOME: \_\_\_\_\_ ESTADUAL( ) MUNICIPAL( ) PRIVADA ( )

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_ TELEFONE: \_\_\_\_\_

**2. ALUNO (A)**

IDADE: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

FILIAÇÃO: \_\_\_\_\_ E \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_ BAIRRO \_\_\_\_\_

MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_ TELEFONE: \_\_\_\_\_

PONTO DE REFERÊNCIA: \_\_\_\_\_

NOME E ENDEREÇO DE OUTRAS REFERÊNCIAS (parentes e vizinhos)

### 3. O ALUNO (A) NO CONTEXTO ESCOLA

#### 3.1. Na Sala de Aula:

SÉRIE/TURNO/TURMA: \_\_\_\_\_

DATAS DAS FALTAS:

NOME DO PROFESSOR DE REFERÊNCIA: \_\_\_\_\_

DATA DA COMUNICAÇÃO: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

OBSERVAÇÕES DO PROFESSOR (interação do aluno com a turma, com o professor, hipóteses para as faltas):

#### 3.2 Providências da Orientação Escolar:

#### 3.3 Providências da Equipe Diretiva:

CONTATOS COM A FAMÍLIA (data; instrumentos utilizados – recado, telefonema, visita domiciliar, entrevista na escola, outros; responsável pelos contatos):

#### MOTIVOS IDENTIFICADOS PARA AS FALTAS:

Dific. aprendizagem ( ) Está trabalhando ( ) Envolvimento com drogas ( ) Falta de transporte ( )

Resistência do aluno ( ) Doença ( ) Prob. de relac. escolar ( ) Distorção idade/série ( )

Carência material ( ) Outros: \_\_\_\_\_

#### PROCEDIMENTOS DA ESCOLA FRENTE AOS MOTIVOS IDENTIFICADOS

(entrevista com os familiares, encaminhamentos para a rede de atendimento,

encaminhamento da situação de violação de direitos ao Conselho Tutelar, plano de recuperação de frequência e aproveitamento, dentre outros):

---



---

**3.4 RETORNO DO ALUNO À ESCOLA EM :\_\_/\_/\_\_\_ ASS. DO DIRETOR(A):**

---

**4. NO CASO DO ALUNO NÃO RETORNAR À ESCOLA:**

**4.1. REGISTRO DE CONHECIMENTO DA ESCOLA E ENCAMINHAMENTO À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:** ENCAMINHADO EM: \_\_/\_/\_\_\_ ASS. DO DIRETOR(A): \_\_\_\_\_

**4.2. ENCAMINHAMENTO DA FICAI AO CONSELHO TUTELAR EM: \_\_/\_/\_\_\_**

Ass: \_\_\_\_\_

**5. NO CONSELHO TUTELAR:** Recebimento em: \_\_/\_/\_\_\_

Ass: \_\_\_\_\_

**5.1. PROCEDIMENTOS EFETUADOS PELO CONSELHO TUTELAR** (datas + meios de contato com a família: entrevista, visita domiciliar; medidas protetivas e aos pais – artigos 101 e 129 do ECA - aplicadas):

---



---



---



---

**5.2 ALUNO RETORNOU À ESCOLA: DEVOLUÇÃO DA FICA EM: \_\_/\_/\_\_\_**

Ass: \_\_\_\_\_

**5.3. ALUNO NÃO RETORNOU À ESCOLA:- Encaminhamento ao CREAS<sup>1</sup>/CRAS<sup>2</sup>** para elaboração de plano de trabalho com estratégias de trabalho com as crianças, os adolescentes e suas famílias, constando compromissos e recursos disponibilizados para atender às necessidades detectadas e desenvolver potencialidades em: \_\_/\_/\_\_\_

**5.4. - ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO EM: \_\_/\_/\_\_\_**

Ass; \_\_\_\_\_

<sup>1</sup> CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

<sup>2</sup> CRAS: Centro de Referência da Assistência Social.

**6. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO** (datas + audiência, solicitações de serviços junto à rede de atendimento, ajuizamento de ação, dentre outros):

---



---



---

**6.1. ALUNO RETORNOU À ESCOLA:**

ARQUIVAMENTO/DEVOLUÇÃO À ESCOLA E COMUNICAÇÃO AO CONS.

TUTELAR EM: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**6.2. ALUNO NÃO RETORNOU A ESCOLA:**

**PROVIDÊNCIAS:** \_\_\_\_\_

---

AJUIZADA AÇÃO (CÍVEL/CRIMINAL) EM: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

ASSINATURA DO(A) PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA:

---

Figura 2. Modelo de Ficha Fica do Município de Paulo Frontin.

Geralmente este trabalho é rápido, pois como temos poucas escolas em nosso município, o andamento é ágil e a efetivação destas visitas ocorre em curto prazo, antes que a evasão se estabeleça. A maioria das/os Diretoras/es relataram que os/as estudantes que tem problemas de faltas (ausências das salas de aulas) geralmente vem associadas por problemas de transporte escolar, condições das estradas rurais ou doenças, os quais geralmente acabam retornando para escola, assim que é comunicado a Prefeitura sobre os problemas relacionados ao transporte ou vias rurais, pois nosso município trata-se de um município rural de grande extensão e a maioria dos/as estudantes residem no interior (zona rural).

Percebe-se, portanto que o trabalho contra Evasão Escolar é realizado através de uma Rede de Proteção Social a Criança e ao Adolescente que juntamente com toda a sua equipe trabalha arduamente para que consiga integrar novamente ao ambiente escolar.

O abandono escolar constitui-se como uma grave forma de violência contra a criança e o adolescente, sendo fundamental que a comunidade escolar e a Rede de Proteção Social da Criança e do Adolescente articulem-se para evitar sua ocorrência e/ou para promover a reintegração escolar dos(as) estudantes infrequentes, conforme Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Estatuto da Criança e do Adolescente e outras leis vigentes. Para tanto, cada escola conta com aliados da Rede de Proteção Social da Criança e do Adolescente para buscar o(a) estudante

que está em situação de abandono escolar. Os principais integrantes da Rede de Proteção são: • Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); • Centro de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS); • Centro de Atendimento Psicossocial (CAPs); • Conselho Tutelar; • Conselho Estadual de Educação; • Conselho Municipal de Educação; • Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente; • Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente; • Conselho Estadual da Assistência Social; • Conselho Municipal da Assistência Social; • Escolas Estaduais; • Escolas Municipais; • Fórum de Direitos de Crianças e Adolescentes (Fórum/DCA); • Hospitais e postos/unidades de saúde; • Agentes comunitários de saúde; • Ministério Público; PROGRAMA DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR 6 • Secretarias de Estado e Municipais ligadas direta ou indiretamente às áreas da criança, adolescente e família; • Vara da Infância e da Juventude; • Conselhos Comunitários; • Programa/serviço municipal especificamente dedicado à prevenção e ao combate ao abandono escolar. ( CURITIBA 2013, p. 05/06)

Observa-se na **Figura 02**, que o trabalho com o/a estudante que tem frequência irregular na escola, passa por uma triagem envolvendo vários setores públicos, para que após esgotadas todas as alternativas seja encaminhado para o Ministério Público.

O município de Paulo Frontin conta com Rede de Proteção Social a Criança e Adolescente, descrito em todas as pesquisas, que em parcerias com as escolas, reúnem-se quinzenalmente para discutir diversos assuntos sociais que envolvem o nosso município, principalmente focado nos que interferem indiretamente ou diretamente a vida dos/as estudantes.

Atualmente a Rede como é carinhosamente chamada por seus integrantes vem se articulando para organizar o Projeto Escolas de Pais, que tem como objetivo principal trabalhar bem a fundo a questão de evasão escolar e pais evadidos, ou seja, pais que não acompanham a vida escolar de seus/suas filhos/as, este projeto encontra-se em formação, porém com grandes expectativas. A intenção da criação desta escola é dar suporte aos pais e mães no cuidado e responsabilidades com seus filhos/as. Trabalhar questões simples sobre acompanhamento da vida escolar, a importância da frequência, os benefícios da conclusão dos seus estudos na vida de cada cidadão/ã.

Durante a pesquisa constatamos que a maioria das crianças e adolescentes que encontram-se na linha de risco da evasão escolar, são de baixa renda, que residem em localidades muito retiradas. Por isso percebemos a importância desta

articulação entre a Rede de Proteção Social a Criança e ao Adolescente juntamente com as/os Diretoras/es das Escolas Municipais, onde buscam estratégias para suprir a necessidade destas famílias. As maiorias destas crianças são beneficiárias do Programa Bolsa Família, o qual é muito fiscalizado pela Secretaria de Assistência Social local, fato curioso este que é descrito em todas as entrevistas como principal fator de ausência da Evasão Escolar, pois muitas famílias tem medo de perder este benefício por isso encaminham os/as filhos/as diariamente para escola. É uma pequena ajuda que estimula a responsabilidade de manter o/a filho/a na escola pois o benefício complementa a renda e é muito significativo para estas famílias que apresentam dificuldades de subsistência.

Na pesquisa foi perguntado para as/os diretoras/es se os pais tem o hábito de avisar ou justificar a ausência dos/as estudantes. Todas as respostas a pesquisa apresentaram que os pais e mães tem este hábito, principalmente aqueles/as que são beneficiários do Programa Bolsa Família. Durante a pesquisa foi questionado também qual é o trabalho desenvolvido pela escola, para atender estas famílias. Todas as escolas descreveram que não fazem um trabalho específico, mas sim realizam orientações sobre faltas, durante as reuniões de pais e mães que acontecem bimestralmente, principalmente para as famílias beneficiárias do programa.

## **2. CONCLUSÃO**

Após análise da realidade da prática do trabalho realizado nas Escolas do município de Paulo Frontin refletidas com as teorias existentes sobre o tema, considera-se com este trabalho que a Evasão Escolar é sim um problema social de nossa atualidade ligada a diversos fatores, alguns/as pesquisadores/as relacionam a Evasão Escolar com o Sistema Educacional, alegando que a escola não é democraticamente direito a todos/as, como prega nossa Constituição Federal, segregando as camadas populares mais humildes, onde os/as estudantes oriundos da linha abaixo da pobreza são cruelmente massacrados nas salas de aulas, com conteúdos que não condizem com suas realidades, com a desvalorização do seu meio social em que está inserido.

Outro fator muito forte e mencionado é o trabalho infantil, o que é muito presente no município de Paulo Frontin, até pelo fato de ser cultural o/a filho/a mais velho/a precisa ajudar a cuidar dos/as irmãos/ãs, para os pais e mães trabalharem na lavoura (agricultura familiar de subsistência), renda esta que é desenvolvida pela maioria dos/as estudantes.

São vários os fatores, mas o que realmente importa registrar e que ficou evidenciado nesta pesquisa, é o trabalho em equipe desenvolvido pela comunidade escolar e Rede de Proteção Social a Criança e ao Adolescente. Pois cada integrante deve fazer a sua parte, para conseguir atingir, ou melhor, proteger as crianças e adolescentes que encontram-se em situação de risco e vulnerabilidade social. Ou seja, como foi exposto no trabalho, cabe a cada membro da equipe envolvida, fazer bem mais que sua parte, relacionando sempre com as ações desenvolvidas pela escola, Rede de Proteção e Ministério Público. “Cada membro da Rede tem responsabilidades para com a implementação desta política pública de interesse coletivo e para com o sucesso do programa, sendo certo que uma atuação rápida será decisiva para o retorno do/a estudante à escola.” (CURITIBA, 2013, p. 05).

As Escolas Municipais de Paulo Frontin vem desenvolvendo esta articulação com a Rede de Proteção Social com a Criança e ao Adolescente já faz alguns anos para agora estarem colhendo os frutos desta inexistência de Evasão Escolar. Mas sabemos que a peça chave para este trabalho é o/a professor/a que estão diretamente ligados com os/as estudantes, observando constantemente seu comportamento, suas dificuldades e necessidades. Sem sombra de dúvida essa atuação e comprometimento destes/as profissionais (peça fundamental) é o nosso diferencial no combate a evasão escolar, pois age-se articuladamente e rapidamente para que a evasão escolar não se efetive e seja corrigida a tempo. Outro fator relevante que merece destaque é o tamanho do município. Ser um município pequeno facilita as ações, acompanhamentos e encaminhamentos para a resolução das causas das faltas escolares. Devemos destacar que o tamanho das turmas ( no máximo vinte e cinco estudantes) favorece e possibilita ao/a professor/a realizar um trabalho de melhor qualidade, acompanhando e planejando individualmente o desenvolvimento e aprendizagem de seus/as estudantes. Não esquecendo é claro das ações articuladas com outros órgãos públicos corresponsáveis que dão todo o apoio e importância às escolas. Assim a Rede de Proteção do município de Paulo Frontin destaca-se por cumprir com seu papel de cuidadora de todos/as os/as

cidadãos/ãs, crianças e adolescentes que, em situação de risco e vulnerabilidade social, recebem o apoio e suporte dos órgãos públicos.

Sabemos que a permanência dos/as estudante na escola, é um compromisso social, que precisa ser constantemente monitorado e avaliado para que esta criança e adolescente consiga concluir seus estudos e buscar um diferencial melhor para sua vida. Investir em educação significa melhorar a condição de vida de toda a comunidade que direta ou indiretamente se beneficiará do progresso de seus municípios.

A frequência e permanência na escola é fundamental para o/a estudante, que aprende muito mais, e para a escola, que investe de forma adequada o dinheiro público. Por isso, a evasão escolar é um problema que precisa ser combatido dia após dia, ano após ano.

O Governo vem investindo constantemente com programas, projetos e leis para ajudar a combater a Evasão Escolar, mas para que esta intenção seja implantada o dinheiro público precisa ser investido corretamente, pois uma articulação de uma Rede de Proteção com inúmeras pessoas envolvidas, esta precisa ser sim de fato atuante, cabe agora as suas partes trabalhar, administrar e fiscalizar estes projetos localmente em seus municípios.

Outra conclusão que contatamos em nosso trabalho foi à afinidade e familiaridade das Escolas com o CRAS E CREAS municipais, pois geralmente estudantes que se encontram em situação de risco já são usuários de algum programas destas entidades, ou se não são, é por falta de conhecimentos das mesmas, mas tendo a necessidade poderão vir a ser.

O Programa Bolsa Família do Governo Federal ocupa um papel fundamental e significativo no trabalho e combate a Evasão Escolar no município de Paulo Frontim no que se refere as escolas municipais. O trabalho efetivo e atuante da Rede de Proteção, mostra que é possível sim por em prática, cobrando, fiscalizando e acompanhando a frequência dos/as estudantes beneficiários do programa na escola. Percebemos que durante o desenvolvimento de nossa pesquisa a maioria dos/as estudantes em situação de risco e vulnerabilidade social são beneficiários do programa e já tiveram sua bolsa cortada uma vez, por faltas consecutivas dos/as filhos/as na escola sem justificativas. O que aconteceu uma vez e não teve reincidência devido ao medo de ficar sem o benefício e a ajuda de custo.

E preciso que as famílias sejam conscientizadas e constantemente lembradas sobre a importância do estudo para os/as filhos/as. Não há dúvida de que o meio em que a criança e adolescente vive é o familiar, cuidando dela, propiciando o apoio necessário, possivelmente se aportarão benefícios à questão educacional. Por isso a importância do Programa Família Paranaense ou CRAS em movimento, que tem a oportunidade de trabalhar esta questão com famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Vale a pena lembrar que o professorado é e sempre será o construtor desta ponte entre o/a estudante e a escola, motivando/a e valorizando suas potencialidades, resgatando a individualidade e autoestima de cada estudante, independente das dificuldades e obstáculos enfrentados.

Uma gestão democrática e acessível também é fundamental para o trabalho com a evasão escolar, via humana, fraterna, colaboradora e compreensiva. Muitas vezes precisamos ceder em alguns momentos, reavaliar, repensar nossas ações e práticas educacionais e de acolhimento para cativar e trazer o/a estudante novamente para escola.

Para o/a estudante deve-se dar a devida motivação, valorizar o meio em que vive, suas necessidades, anseios e desejos, deve-se buscar tornar o ambiente escolar acolhedor e mais participativo, fazer com que a criança e adolescente venha para escola por vontade própria, por se sentir reconhecida e respeitada e não por medo das consequências. Evidenciar o futuro melhor que terá com a escolarização e conclusão de seus estudos é um fator significativo e decisivo neste processo.

Esta mobilização deve ser feita por todas as instituições e entidades envolvidas. O trabalho conjunto, alinhado e articulado, seguindo a mesma linha de pensamento e buscando o mesmo objetivo: o sucesso do/a estudante.

A médio e longo prazo os frutos repercutirão em diversos fatores de melhorias para os municípios. Buscar constantemente alternativas funcionais, para proporcionar uma integração maior entre a família e escola, para que juntos consigam compreender a relação interna e externa que neste espaço se consolidam. Precisamos ainda garantir a continuidade destes programas, como o Bolsa Família, para que continuemos nosso trabalho que tem dado significativos resultados. A oportunidade que estas pessoas tiveram e estão tendo, é graças a políticas públicas que valorizam, respeitam os Direitos Humanos fundamentais a vida das pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social. Para que estas famílias cresçam

juntas com a ideia de que estudar é imprescindível para uma vida melhor. Quando conseguirmos isso estaremos garantindo de fato, a diminuição significativa no impacto socioeconômico e cultural que a falta de estudo gera na vida destas e suas futuras gerações.

### 3. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, C; LELORD, François. **A auto - estima**. São Paulo: Coleção Conviver, 2000.

\_\_\_\_\_**A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez; 1991.

\_\_\_\_\_, Educação e mudança. 30ª ed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

DUBET, François. **Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor**. Entrevista com François Dobet. São Paulo: Revista Brasileira de Educação, nº05, p.222-223, mai0/ago.1997.

LARA, Tiago Adão. **A escola que não tive. O professor que não fui**. 3. ed. São Paulo:Cortez,2003.

MEDEIROS, Lígia. **A criança da favela e a sua Visão do Mundo: uma contribuição para o repensar da escola**. São Paulo: Dois Pontos Editora Ltda.1986

MISSÃO CRIANÇA. **Relatório de atividades 1999-2001**; Mania de Educação. PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação: Brasília, 2001.

PARO, Vitor Henrique. “Democratização da gestão escolar”, In: Universidade de Santa Cruz do Sul. **Anais do II Fórum Nacional de Educação: humanizando teoria e pratica**. Santa Cruz do Sul:EDUNISC,2000.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Avaliação: do que é proibido reprovar ao é preciso ensinar**. Conferencia proferida no Seminário sobre as Práticas Avaliativas nas Primeiras Series das Escolas públicas. CAIED-Coordenação de Avaliação e Inovação Educacional Serie Estudos, Pesquisas, Inovações. Fortaleza.1996.

\_\_\_\_\_**Programa de Combate ao Abandono Escolar**. Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado da Educação. Curitiba 2013.